

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

CONCURSO PÚBLICO

Cargo de Nível Superior

ADVOGADO

PROVA TIPO

1

Provas de Redação, Português e Conhecimentos Específicos.

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este Caderno de Questões somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal.
2. **Assine** neste Caderno de Questões e coloque o número do seu documento de identificação.
3. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique também, se contém 1 (um) Tema de Redação e 60 (sessenta) questões objetivas com 05 (cinco) alternativas cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
4. Você dispõe de **4h** (quatro horas) para fazer esta prova. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** das questões objetivas e a transcrição de sua Redação para a **Folha Oficial de Redação**. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova após decorridas **3h** (três horas) do seu início.
5. Ao receber a **Folha de Respostas** e a **Folha Oficial de Redação**, confira seu **nome, número do seu documento de identificação e cargo escolhido**.
6. Em hipótese alguma lhe será concedida outra Folha de Respostas.
7. Preencha a **Folha de Respostas** e a **Folha Oficial de Redação** utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na **Folha de Respostas**, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme modelo:

	A	B	C	D	E
1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
8. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na Folha de Respostas de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
9. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica e considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas**.
10. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, seus pontos serão atribuídos à todos os candidatos.
11. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
12. A Redação deverá ter no **mínimo 20** (vinte) e no **máximo 30** (trinta) linhas, considerando letra de tamanho regular. Utilize apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta. **Não responda de lápis**.
13. Ao terminar a prova, devolva ao Fiscal de Sala este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas** e assine a **Lista de Presença**.
14. Nas salas que apresentarem apenas 1(um) fiscal, os 3(três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se juntos da sala de prova, após assinatura da Ata de Encerramento.

Boa Prova!

Nº do documento de identificação:

Assinatura do(a) candidato(a):



ATENÇÃO!

NÃO COLOQUE SEU NÚMERO DE INSCRIÇÃO, NOME OU ASSINATURA EM QUALQUER LOCAL DA PROVA DE REDAÇÃO. ISSO O IDENTIFICARÁ E CONSEQUENTEMENTE ANULARÁ SUA PROVA.

RASCUNHO DA REDAÇÃO

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30



REDAÇÃO

A Amazônia de Ronald

Quem está por trás da destruição da Amazônia? Segundo a organização ambientalista Greenpeace, são as grandes redes de fast-food – incluindo, é claro, o McDonald's. A acusação é feita no relatório Comendo a Amazônia. De acordo com a entidade, grande parte da soja plantada nos 25.000 quilômetros quadrados devastados no ano passado teve como destino cadeias de fast-food da Europa. As acusações incluem, além do desmatamento não-autorizado, a construção de um porto ilegal no Rio Tapajós, em Santarém, Pará, uso de trabalho escravo e grilagem de terras públicas. Para chegar ao resultado, a entidade utilizou dados oficiais do governo brasileiro e fez análise de imagens de satélite e sobrevôos pela região.

Primeiro Plano. Revista Época, 17 de abril de 2006. p. 14.

Proposta de Redação

A partir da leitura do texto, pode-se inferir o confronto inevitável entre o modelo de desenvolvimento econômico vigente, que valoriza o aumento da riqueza em detrimento da conservação dos recursos naturais, e a necessidade de conservação do meio ambiente. Então, como promover o desenvolvimento das nações de forma que gere o crescimento econômico, mas explorando os recursos naturais de forma racional e não predatória?

**PORTUGUÊS****1.** Dadas as assertivas sobre o texto abaixo,

1 “Pode-se começar uma redação com a formulação de
2 uma definição ou um conceito. É comum uma estrutura
3 dessas vir estruturada pelo verbo *ser*. Além de sua aplicação
4 objetiva, em que a posição do redator não aparece, pode
5 também ser usada em textos que emitem um julgamento,
6 uma apreciação, uma opinião, ou seja, formas textuais que
7 são mais subjetivas.”

- I. A palavra **sua** (linha 3) tem como referente a expressão **verbo ser**. (linha 3)
- II. O emprego do pronome demonstrativo **dessas** em vez de **destas** (linha 3) se justifica, porque está retomando o referente.
- III. Os termos **além de** (linha 3) e **também** (linha 5) não possuem o mesmo valor semântico.
- IV. As vírgulas em “[...] um julgamento, uma apreciação, uma opinião [...]” isolam palavras de idêntica função sintática.

verifica-se que estão corretas

- A) II e III, apenas.
- B) II, III e IV.
- C) I, II e IV.
- D) I e II, apenas.
- E) I e IV, apenas.

As questões 2 e 3 referem-se ao texto seguinte.

“Ao planejar o que vai dizer, leve em consideração uma lista mental de questões **a que** sua fala deve responder; as lacunas **que** cada afirmação pode provocar à medida que enunciada; o tipo de predisposição do auditório às ideias **que** você defenderá; as condições e o contexto **em que** a comunicação ocorrerá.”

2. A primeira oração é subordinada adverbial

- A) final, reduzida de infinito.
- B) condicional, reduzida de infinitivo.
- C) adverbial temporal.
- D) temporal, reduzida de infinitivo.
- E) adverbial final.

3. Os termos em negrito funcionam, respectivamente, como

- A) objeto indireto, objeto direto, sujeito, adjunto adverbial.
- B) objeto indireto, objeto direto, objeto direto, adjunto adverbial.
- C) complemento nominal, objeto direto, objeto direto, adjunto adverbial.
- D) objeto indireto, sujeito, objeto direto, adjunto adverbial.
- E) objeto indireto, objeto direto, objeto direto, objeto indireto.

4. Em qual das opções a grafia da palavra em negrito deveria ser separada (de mais)?

- A) “Foram impedidos poucos “fichas sujas”; os **demais** se deram bem.”
- B) Os **demais** candidatos recorreram ao STF e se deram bem.”
- C) “Não disse nada a ela; **demais**, não havia o que dizer.”
- D) “Perto **demais** do fogo, ele se queimou.”
- E) “Não houve nada **demais** com ela.”

5. Em qual das opções a grafia da palavra ou expressão em negrito está incorreta?

- A) “Não rouba, **tampouco** deixa os outros roubarem.”
- B) “O trânsito nas estradas tem estado caótico: **haja vista** o trágico acidente de ontem.”
- C) “A falta de aparelhamento no estoque, passou **despercebido** pelo comandante da corporação.”
- D) “Mesmo diante dos inúmeros apelos dos alunos, o diretor continuou **inexorável** em sua determinação.”
- E) “O centenário de Adoniran Barbosa **reascende** o debate sobre a influência italiana na fala brasileira.”

6. Observando os elementos que proporcionam a coesão textual, assinale a opção que indica a melhor sequência para o texto seguinte, que está desordenado, cujo título é “Sobre livros e bebês” (Revista *Língua Portuguesa*, set. 2010. p. 8).

1. De acordo com David Dickinson, especialista em alfabetização pela Universidade de Harvard, não se trata exatamente de ler narrativas como as de fadas para bebês com menos de um ano, mas dar-lhes livros com imagens para que folheiem.
2. Comprovou-se que crianças com menos de 3 anos, cuja família possui hábito de leitura, demonstram aos 10 anos um desempenho escolar melhor.
3. Dickinson apresentou na última edição da Bienal do Livro de São Paulo estudos que relacionam a leitura precoce ao desenvolvimento da linguagem.
4. Estudos provam que essa prática, feita com regularidade desde a tenra infância, pode melhorar o desempenho escolar das crianças.
5. Quem pensa que ler para bebês é perda de tempo pode estar redondamente enganado.

- A) 3 – 1 – 5 – 2 – 4
- B) 5 – 4 – 1 – 3 – 2
- C) 5 – 3 – 2 – 4 – 1
- D) 1 – 3 – 2 – 4 – 5
- E) 4 – 2 – 3 – 1 – 5

7. Em qual período o **se** é uma conjunção integrante?

- A) “Paraquedista **se** prepara para romper a barreira do som com salto da estratosfera.”
- B) “Um tecido comum pegaria fogo **se** fosse exposto diretamente a essa radiação.”
- C) “Sabe-**se** também que a alimentação materna pode ter impacto na chance de a criança vir a desenvolver câncer.”
- D) “Marilyn Monroe morreu aos 36 anos de forma trágica, vítima de uma overdose de medicamentos que até hoje não se sabe **se** foi intencional, acidental ou provocada por alguma misteriosa conspiração política.”
- E) “Não fale rápido demais. **Se** sua dicção não for boa, ninguém irá entender o que você diz.”



Com base na compreensão do Texto abaixo, responda as questões de 8 e 9.

Verdade e falsidade

Se observarmos a concepção grega de verdade, notaremos que nela as coisas ou o **ser** (a realidade) é o verdadeiro ou a verdade. Isto é, o que existe e manifesta sua existência para nossa percepção e para nosso pensamento é verdade ou verdadeiro. Por esse motivo, os filósofos gregos perguntam: como o erro, o falso e a mentira são possíveis? Em outras palavras, como podemos pensar naquilo que não é, não existe, não tem realidade, se o erro, o falso e a mentira só podem referir-se ao que não é, ao **não-ser**? O **ser** é o manifesto, o visível para os olhos do corpo e do espírito, o evidente. Errar, falsear ou mentir, portanto, é não ver os tais seres como são, é não falar deles tais como são. Como isso é possível?

A resposta dos gregos é dupla:

1. o erro, o falso e a mentira se referem à aparência superficial e ilusória das coisas ou dos seres e surgem quando não conseguimos alcançar a essência das realidades; são um defeito ou uma falha de nossa percepção sensorial;
2. o erro, o falso e a mentira surgem quando dizemos de algum ser aquilo que não é, quando lhe atribuímos qualidades ou propriedades que ele não possui ou quando lhe negamos qualidades ou propriedades que ele possui. Nesse caso, o erro, o falso e a mentira se alojam na linguagem e acontecem no momento em que fazemos afirmações ou negações que não correspondem à essência de alguma coisa. O erro, o falso e a mentira são um acontecimento do juízo ou do enunciado.

O que é a verdade? É a conformidade entre nosso pensamento e nosso juízo e as coisas pensadas ou formuladas. Qual a condição para o conhecimento verdadeiro? A evidência, isto é, a visão intelectual da essência de um ser. Para formular um juízo verdadeiro precisamos, portanto, primeiro conhecer a essência, e a conhecemos ou por intuição, ou por dedução, ou por indução.

A verdade exige que nos libertemos das aparências das coisas para ver intelectualmente a essência delas; exige portanto que nos libertemos das opiniões estabelecidas e das ilusões de nossos órgãos dos sentidos. Em outras palavras, a verdade sendo o conhecimento da essência real e profunda dos seres é sempre universal e necessária, enquanto as opiniões variam de lugar para lugar, de época para época, de sociedade para sociedade, de pessoa para pessoa. Essa variabilidade e inconstância das opiniões provam que a essência dos seres não está conhecida e, por isso, se nos mantivermos no plano das opiniões, nunca alcançaremos a verdade.

(CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2005. p. 98. Adaptado)

8. Dadas as seguintes proposições,

- I. Verifica-se, a partir da compreensão global do texto, que a autora explicita uma concepção de verdade, baseada nos filósofos gregos, cuja premissa é a relação entre o enunciado e o fato, ou seja, o enunciado é verdadeiro ou falso se ele revela ou não algo da essência real e profunda do **ser**.
- II. Infere-se que o papel do pensador, ou do filósofo, não é aquele que colhe a verdade já pronta, no mundo. Isso equivale comparar a figura do filósofo a de um amante, ou seja, ele é um inquieto, um ciumento pronto a decifrar as palavras da amada, a hesitação de sua voz ou a insignificante troca de palavras que denuncia o oculto.
- III. Argumenta-se que, em sendo o erro, o falso e a mentira um acontecimento do juízo ou do enunciado, no exemplo: “Lula é imortal”, o erro se encontra na atribuição do predicado “imortal” a um sujeito que não possui a qualidade ou propriedade da imortalidade.
- IV. Assume-se que o conhecimento da essência ou o desvelar da verdade se dá, pelo menos, por duas vias de procedimento: a indução e a dedução. Aquela, diz respeito às verdades que emergem a partir da verificação de um fato particular e generaliza-se para o geral; esta, ao contrário, percebe e generaliza a verdade dos fatos a partir de dados gerais.
- V. Depreende-se que procurar a verdade é supor que ela não esteja dada em nossa experiência cotidiana, mas para que essa suposição possa ser feita é necessário que no seio mesmo dessa experiência algo insinue que não estamos de posse da verdade.

estão corretas

- A) somente I, II e V.
- B) somente III e IV.
- C) somente II e IV.
- D) I, II, III, IV e V.
- E) somente I, II, III e V.

9. No período: “A verdade exige **que** nos libertemos das aparências das coisas para ver intelectualmente a essência delas...”, pode-se assumir:

- I. O **quê** é um pronome relativo com função sintática de objeto direto e introduz uma oração coordenada assindética.
- II. O **quê** é uma conjunção integrante e introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- III. O **quê** é um uma conjunção integrante e introduz uma oração subordinada substantiva subjetiva.
- IV. O **quê** é uma conjunção integrante e introduz uma relação de determinante/determinado, gerando uma construção de parataxe.

Verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, apenas.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II, III e IV.

**10.** Quanto ao acento indicativo da crase,

- I. “Como a ortografia está ligada à história da língua, não poderia mudar a todo momento por questão de economia e dos aparatos da memória coletiva.”
- II. “Palavras usadas nos sistemas de contagem da humanidade revelam empréstimos culturais que remontam à história.”
- III. “O tradicional teatro popular, cujas origens remetem à Europa medieval, é exposto em reportagem de Priscila Gorzoni.”
- IV. “[...] Tempos depois ainda lembrava frases inteiras e fazia menção a isso ou àquilo.”

verifica-se que foi devidamente empregado em

- A) I e II, apenas.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) todos os períodos.
- E) I e III, apenas.

11. Qual a opção que apresenta violação à concordância?

- A) “Uma coletânea de artigos e de entrevistas mostra a evolução do pensamento político do candidato.”
- B) Críticas aos malefícios que o dinheiro pode trazer em geral tendem a reproduzir o pensamento comum. Deve, portanto, ser evitadas, até mesmo pelo fato de parecerem demagógicas.
- C) “Quando chegamos ao local de ocorrido, já haviam iniciado as primeiras tentativas de socorro.”
- D) “O câncer é uma das doenças que mais matam mulheres no Brasil.”
- E) “A variedade de temas e a de abordagens também estão presentes nas nossas páginas.”

12. Em qual opção a regência do verbo ou locução verbal em negrito é idêntica à do verbo **dá**, no período “Muita coisa ainda precisa ser descoberta sobre como se **dá** esse tipo de interação.”?

- A) “E é dessa transição de bandido do colarinho-branco para um gângster propriamente dito que se **extraem** as nuances que tornam ainda mais marcante a personagem.”
- B) “Pesquisa indica que discursos carismáticos **pesam** muito na decisão dos investidores.”
- C) “Diretor de filmes que **levaram** para as telas o visual das histórias em quadrinhos, Zack Snyder estreia na animação com uma fantasia sobre corujas.”
- D) “O diretor e produtor da série diz que **garantiu** liberdade ao diretor Martin Scorsese.”
- E) “As abelhas seguem sem rumo e morrem, provavelmente de inanição. Afinal, o que as **está matando**?”

13. No par de orações: a) Todo aluno dessa escola fala duas línguas; b) Duas línguas são faladas por todo aluno dessa escola, temos a expressão de um fenômeno semântico do português. Trata-se de

- A) uma relação de hiperonímia, pois, a partir da decomposição lexical do sintagma “todo aluno”, evidencia-se a relação assimétrica de que existem alunos que sabem duas línguas e que esses alunos formam uma classe maior, mais geral.
- B) uma relação de sinonímia, pois existe um acarretamento mútuo enquanto conteúdo semântico entre as orações, pois tanto a) quanto b) são verdadeiras nas mesmas circunstâncias.
- C) uma relação de antonímia, pois são informações diferentes. Em a), interpreta-se que existem duas línguas e todos falam essas línguas ou cada um fala duas línguas; já em b) interpreta-se que existem duas línguas que todos falam.
- D) uma relação de anomalia, já que não se tem uma identidade total de significados.
- E) uma relação de metonímia, pois o conteúdo semântico tanto da oração ativa quanto da passiva permanece inalterado, revelando assim uma relação parte/todo.

14. Nas orações: i) Todos acharam o espetáculo **fabuloso**, ii) O Pedro considera a Maria **uma ótima professora**. Os termos em negrito exercem a função sintática de

- A) aposto.
- B) predicativo do sujeito.
- C) objeto cognato.
- D) adjunto adverbial.
- E) predicativo do objeto.

15. Na oração: Este é um direito que **lhe** assiste, a forma **lhe** está, segundo as regras normativas de regência verbal,

- A) correta, pois o verbo assistir com sentido de *presenciar* exige um complemento preposicionado e a forma *lhe* realiza a função sintática de objeto indireto.
- B) correta, pois o verbo assistir com sentido de *ajudar*, *prestar assistência* é usado indiscriminadamente como transitivo direto e indireto.
- C) correta, pois o verbo assistir no sentido de *caber razão a alguém* exige um complemento preposicionado e a forma *lhe* realiza a função sintática de objeto indireto.
- D) incorreta, pois não se trata de uma questão de regência do verbo, mas sim de colocação pronominal.
- E) incorreta, pois o verbo assistir com sentido de *prestar assistência* não exige um complemento preposicionado.

16. Nos versos de Luís de Camões: “E, enquanto eu estes canto e a vós não posso,/sublime Rei, pois não me atrevo a tanto.”, há um recurso expressivo que consiste em inferir, a partir do contexto, um termo omitido. Essa figura de sintaxe denomina-se

- A) elipse.
- B) anáfora.
- C) ironia.
- D) anacoluto.
- E) sínquise.



17. Dados os períodos abaixo,

- I. Perguntei àquele rapaz se ele gostaria de trabalhar comigo.
- II. A professora à qual encontramos, ontem, no congresso, é muito exigente.
- III. Refiro-me a este livro, não à revista que li na semana passada.
- IV. O acusado ficou cara à cara com a vítima.
- V. Depois do susto na aeronave, chegar à terra foi um alívio.

quais estão corretos quanto ao fenômeno sintático da crase?

- A) I e III, apenas.
- B) I, II, III e V, apenas.
- C) III, IV e V, apenas.
- D) I, II, III, IV e V.
- E) I, II e IV, apenas.

18. No enunciado: “**Esta** mulher foi **aquela** que me disse toda verdade sobre os fatos ocorridos no período que estivera fora.”, verifica-se que a ocorrência de dois pronomes demonstrativos está, segundo as regras da gramática normativa,

- A) adequada, pois o predicativo introduzido por “aquela” melhor esclarece o sujeito.
- B) inadequada, já que os pronomes demonstrativos têm valor indefinido e não podem ser correlacionados.
- C) adequada, pois o pronome demonstrativo “aquela” reforça o pronome demonstrativo adjetivo “esta”.
- D) adequada, já que o pronome demonstrativo “aquela” está sendo usado no sentido de “então”.
- E) inadequada, já que há uma redundância de informação dêitica, ou seja, os pronomes referem-se ao mesmo sujeito.

19. Verificando as estratégias de concordância nominal nos períodos abaixo,

- I. Os idosos denunciaram a tentativa de assalto praticada por uma moça e um rapaz forte na porta do banco.
- II. Os idosos denunciaram a tentativa de assalto praticada por uma moça e um rapaz fortes na porta do banco.
- III. A extraordinária Fernanda Montenegro e Laura Cardoso são atrizes desde o início da TV no Brasil.
- IV. É proibido bebida alcoólica nos *campi* universitários.
- V. Adriana é meio desconfiada, pois não acredita nas meias histórias que lhe contam os colegas de turma.

estão corretos

- A) I, II e IV, apenas.
- B) II, IV e V, apenas.
- C) I, II, IV e V, apenas.
- D) I, II, III, IV e V.
- E) II e III, apenas.

20. Na frase: “O Paulo está ansioso para encontrar seu amigo que há muito tempo não vê, **o Ramos**.”, o termo em negrito é, sintaticamente,

- A) vocativo.
- B) objeto direto.
- C) sujeito.
- D) aposto.
- E) adjunto adnominal.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Quanto aos Consórcios Públicos, é incorreto afirmar:

- A) os consórcios públicos poderão outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos mediante autorização prevista no contrato de consórcio público, que deverá indicar de forma específica o objeto da concessão, permissão ou autorização e as condições a que deverá atender, observada a legislação de normas gerais em vigor.
- B) os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de programa.
- C) o consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.
- D) para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá, nos termos do contrato de consórcio de direito público, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público.
- E) os entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada um.

22. A retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, é chamada de

- A) rescisão.
- B) caducidade.
- C) encampação.
- D) anulação.
- E) reversão.

23. Sobre as sociedades de economia mista, é incorreto afirmar:

- A) estão sujeitas à falência.
- B) quando executam serviços públicos típicos, tais entidades passam a ficar sob a égide da responsabilidade objetiva prevista para o Estado na Constituição Federal, com responsabilidade subsidiária da pessoa federativa a que estão vinculadas, ou seja, possível execução será dirigida à pessoa política controladora nos casos em que o patrimônio da entidade controlada for insuficiente para solver os débitos.
- C) são dotadas de personalidade jurídica de direito privado.
- D) sua instituição é autorizada por meio de lei.
- E) devem se revestir da forma de sociedade anônima.

24. O ato que não se compõe de vontades autônomas, embora múltiplas, e onde há, na verdade, uma só vontade autônoma, ou seja, de conteúdo próprio, e as demais são meramente instrumentais, porque se limitam à verificação de legitimidade do ato de conteúdo próprio, é nominado de

- A) geral.
- B) constitutivo.
- C) composto.
- D) simples.
- E) complexo.

25. Sobre o Poder de Polícia Ambiental, assinale a opção incorreta.

- A) Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista exercem poder de polícia ambiental, desde que exista lei assim determinando.
- B) Agentes das Capitâneas dos Portos, do Ministério da Marinha, possuem competência para lavrar auto de infração ambiental e instaurar o processo administrativo respectivo.
- C) Não poderia ser exercido por um órgão federal em face de outro estadual, tendo em vista a autonomia das entidades e o equilíbrio federativo.
- D) É a atividade da Administração Pública que limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à saúde da população, à conservação dos ecossistemas, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas ou de outras atividades dependentes de concessão, autorização/permissão ou licença do poder público de cujas atividades possam decorrer poluição ou agressão à natureza.
- E) Pode ser exercido pela Administração Direta frente à Administração Descentralizada

26. Acerca dos princípios do Direito Ambiental, afirma-se que

- A) o princípio da participação, consagrado na Declaração do Rio de Janeiro de 1992, protege a tão somente a participação individual na tomada de decisões relativas ao meio ambiental, não abrangendo a intervenção de associações da sociedade civil.
- B) o Princípio 5 da Declaração de Estocolmo de 1972: *Os Recursos não renováveis do Globo devem ser explorados de tal modo que não haja risco de serem exauridos e que as vantagens extraídas de sua utilização sejam partilhadas a toda humanidade*, traduz o princípio da equidade no acesso aos recursos naturais.
- C) o princípio da prevenção, também conhecido como precaução ambiental, visa à durabilidade da sadia qualidade de vida e a continuidade das espécies.
- D) o princípio do poluidor-pagador reza que o utilizador do recurso natural deve suportar o conjunto dos custos oriundos da manipulação da natureza.
- E) a previsão legal de crimes ambientais representa desdobramento lógico do Princípio da Reparação.



27. Dados os itens seguintes, de acordo com o tratamento constitucional do meio ambiente,

- I. Para efetivar o direito ao meio ambiente sadio e equilibrado, cabe ao poder público definir nas unidades da federação em que se encontrem reservas naturais, espaços a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão permitidas somente através de lei.
- II. A Lei de Educação Ambiental (Lei n° 9.795/99) regulamentada pelo Decreto n° 4281/02 tem como escopo implementar a promoção da educação ambiental no âmbito estadual.
- III. Compete ao poder público a proteção da fauna e flora, sendo vedada por meio da Lei n° 9.605/98, a prática que submeta animais a crueldade.

verifica-se que

- A) todos os itens estão corretos.
- B) apenas o item III está correto.
- C) apenas o item I está correto.
- D) nenhum dos itens está correto.
- E) apenas o item II está correto.

28. Sobre a Responsabilidade Ambiental na esfera penal, verifica-se que:

- A) considera-se infração administrativa ambiental a concessão de licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais.
- B) a responsabilidade da Pessoa Jurídica exclui a da pessoa física, desde que o ilícito seja cometido por decisão do representante legal ou contratual no interesse da entidade.
- C) para a jurisprudência do STJ é possível a responsabilização penal da Pessoa Jurídica desde que cumulada com a responsabilidade da pessoa física que age com o elemento subjetivo próprio do evento criminoso.
- D) é possível a desconsideração da Pessoa Jurídica sempre que a personalidade servir de obstáculo à responsabilização individual do agente criminoso.
- E) são penas restritivas de direitos da Pessoa Jurídica: a prestação de serviços à comunidade, a interdição temporária de direitos e a prestação pecuniária.

29. Acerca da tutela internacional do meio ambiente, não se pode dizer:

- A) teve seu marco inicial com a Conferência de Estocolmo de 1972.
- B) não obteve grandes avanços após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992.
- C) consagrou a diretriz do Desenvolvimento Sustentável.
- D) antecedeu o tratamento jurídico pelos Estados Constitucionais de Direito cujos exemplos são vistos na Constituição de Espanha (1976) e de Portugal (1978).
- E) caracteriza-se pela limitação da soberania dos Estados na utilização e disposição de suas reservas naturais.

30. Assinale a opção incorreta quanto ao empresário individual.

- A) Trata-se de pessoa natural, desprovida de personalidade jurídica, que exerce atividade de empresa sem a presença de qualquer modelo societário.
- B) Responde, pessoal e ilimitadamente, por todas as obrigações que contrair no exercício da atividade empresarial.
- C) É obrigatória sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis de sua sede antes do início da exploração de sua atividade, mediante o arquivamento de seu contrato social.
- D) Somente pode ser empresário aquele que estiver no pleno gozo de sua capacidade civil e não estiver legalmente impedido.
- E) Seu nome empresarial deve ser da espécie firma, abreviado ou por extenso, podendo ser-lhe aditado designação mais precisa do gênero de sua atividade.

31. Assinale a opção correta quanto às sociedades empresárias.

- A) os cônjuges podem contratar sociedade entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens ou no da separação obrigatória.
- B) O capital social das sociedades anônimas de capital aberto é dividido em quotas, que podem ser livremente negociadas em mercado de valores mobiliários.
- C) A sociedade em nome coletivo pode ser formada por pessoas físicas e jurídicas, respondendo limitadamente, todos, pelas obrigações sociais.
- D) Na sociedade em conta de participação, tanto o sócio ostensivo quanto os sócios ocultos podem exercer a atividade constitutiva do objeto social.
- E) Na sociedade limitada, somente as pessoas naturais que estejam no pleno gozo de sua capacidade civil podem figurar como sócias.

32. Segundo a nova Lei das Falências (Lei n.º 11.101/05), assinale a opção correta.

- A) Os créditos fiscais têm preferência sobre os créditos com garantia real, haja vista a predominância que deve existir do interesse público sobre o privado.
- B) A iniciativa do devedor empresário em reunir-se com seus credores, a fim de negociar situação mais vantajosa para o cumprimento de suas obrigações, caracteriza ato de falência.
- C) A sociedade em comum não tem legitimidade ativa para postular a falência, mas poderá ter a sua própria falência declarada, ocasião em que todos os sócios responderão ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- D) Da sentença que julgar procedente o pedido de falência do devedor empresário caberá recurso de apelação para a instância superior.
- E) A falência do devedor empresário poderá ser declarada quando houver inadimplemento no pagamento de título de crédito, independentemente de seu valor.

**33.** Dadas as assertivas abaixo,

- I. A lei geral posterior somente revoga a lei especial quando expressamente o declarar.
- II. Respristinção é quando uma lei, que fora revogada, volta a vigor por determinação expressa de uma nova lei.
- III. Se a Lei nº 20.000 for oficialmente publicada em 24/10/2011, ela começará a vigorar em todo país em 24/12/2011, salvo disposição em contrário.
- IV. A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

estão corretas

- A) II e IV.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) I e II.
- E) III e IV.

34. Dadas as assertivas abaixo,

- I. O pseudônimo adotado para atividades ilícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- II. O cônjuge do ausente será o legítimo curador sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de dois anos antes da declaração da ausência.
- III. As organizações religiosas são consideradas pessoas jurídicas de direito privado.
- IV. A coação torna nulo o negócio jurídico.

estão corretas

- A) II e IV.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) I e II.
- E) III e IV.

35. Dadas as assertivas abaixo,

- I. Ana Maria deve à Roberta e Renata uma bolsa da Gucci. Ana Maria pode pagar apenas à Roberta, sem o conhecimento de Renata, e liberar-se da obrigação.
- II. Juvenal celebrou em 28/02/2008 um contrato de doação de um lápis de R\$ 0,10 (dez centavos) com Lucas, entregando-o na mesma hora e sem cobrar nada em troca. Trata-se de contrato unilateral, gratuito, típico, real e informal.
- III. Presumem-se a cargo do accipiens as despesas com o pagamento e a quitação.
- IV. Se o solvens desconhecia ou se opôs ao pagamento feito por terceiro, não haverá obrigação de reembolsar.

estão corretas

- A) III e IV.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) I e II.
- E) II e IV.

36. Rodrigo é pródigo. Marcos é viciado em tóxico. Siena, em virtude de causa transitória, não pode exprimir sua vontade. Maria é excepcional e não possui o desenvolvimento mental completo. De acordo com o Código Civil, todos são incapazes. Identifique o tipo de incapacidade de Rodrigo, Marcos, Siena e Maria, respectivamente.

- A) Relativa, relativa, relativa, absoluta
- B) Relativa, relativa, absoluta, relativa
- C) Relativa, absoluta, relativa, absoluta
- D) Absoluta, relativa, absoluta, relativa.
- E) Absoluta, absoluta, relativa, relativa

37. Dadas as assertivas abaixo,

- I. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.
- II. No caso de vício dos serviços, o consumidor pode exigir imediatamente a restituição da quantia paga, monetariamente atualizada.
- III. O prazo de trinta dias que os fornecedores de produtos possuem para sanar vícios de qualidade não pode ser alterado por vontade das partes, por se tratar de norma de ordem pública.
- IV. A loja amarela vendeu a Christiano uma agenda. Quando chegou a casa, Christiano percebeu que faltavam várias páginas e pediu a solução do problema. Dona Marta, dona da loja, falou que não sabia do problema, por isso é que vendeu e não achou justo que sua pequena empresa arcasse com as despesas. Nesse caso, considerando o princípio da boa-fé objetiva, o CDC estipula que, caso o fornecedor ignore o vício de qualidade do produto, não será responsabilizado.
- V. A garantia legal de adequação do produto ou serviço existe independentemente de termo expresso no contrato, sendo, ainda, vedada a exoneração contratual do fornecedor.

verifica-se que estão corretas

- A) I e III.
- B) IV e V.
- C) II e IV.
- D) I e II.
- E) III e V.



38. Sobre o defeito de produtos e serviços, assinale a opção correta.

- A) O fabricante, o construtor, o produtor ou importador será responsabilizado mesmo quando provar que o defeito inexistiu, já que o dano foi causado e precisa ser reparado, pelo princípio da vulnerabilidade do consumidor.
- B) O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, como sua apresentação, o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam e a época em que foi colocado em circulação.
- C) O fornecedor do produto defeituoso responde por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos, mas o mesmo não acontece com o fornecedor dos serviços, já que sua responsabilidade é subjetiva.
- D) O produto é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.
- E) O fornecedor responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

39. Isabela adquiriu uma blusa sem a testar previamente. Quando chegou a casa, descobriu que a blusa encontrava-se rasgada na frente. Retornou à loja no mesmo dia e foi informada de que deveria ter examinado o produto antes de comprá-lo e, como não o fez, a comerciante não realizaria a troca do produto. Com base nessas informações e analisando as assertivas abaixo,

- I. O comerciante encontra-se amparado pelo CDC, pois o vício aparente não é considerado vício do produto, conseqüentemente, ele não possui a obrigação de trocá-lo.
- II. O comerciante não se encontra amparado pelo CDC, pois o vício aparente é considerado vício do produto, conseqüentemente, ele possui a obrigação de trocá-lo.
- III. Caso a situação fosse diversa e a blusa adquirida não estivesse rasgada, porém, ao chegar a casa, descobrisse que adquiriu a blusa com a numeração menor do que deveria. Nesse caso, a situação encontra-se expressamente prevista pelo CDC e o comerciante possui a obrigação de trocá-la, já que não havia ultrapassado o prazo de sete dias.
- IV. Caso a situação fosse diversa e, ao tentar vestir a blusa, Isabela tivesse o rosto cortado por um alfinete que fora esquecido quando da costura da blusa. Nesse caso, de acordo com o CDC, há obrigação de o comerciante reparar os danos causados à Isabela.
- V. Caso a situação fosse diversa e, ao tentar vestir a blusa, Isabela tivesse o rosto cortado por um alfinete que fora esquecido quando da costura da blusa. Nesse caso, de acordo com o CDC, não há obrigação de o comerciante reparar os danos causados à Isabela.

verifica-se que estão corretas

- A) I e III.
- B) III e V.
- C) I e IV.
- D) II e V.
- E) II e IV.

40. Em relação à qualidade de produtos e serviços nas relações de consumo, assinale a opção correta.

- A) No que tange aos produtos ou serviços que apresentem alto grau de nocividade ou periculosidade, não há permissão de comercialização pela lei consumerista, que veta totalmente a colocação no mercado de produtos com essas atribuições.
- B) Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não poderão acarretar riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição. Porém, os fornecedores não estão obrigados, em algumas hipóteses, a dar informações a seu respeito.
- C) O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade. Não há necessidade de adotar nenhuma outra medida.
- D) O fornecedor de produtos e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, tiver conhecimento da periculosidade que apresentem, precisa comunicar o fato apenas aos consumidores.
- E) Tratando-se de produto industrial, cabe ao fornecedor prestar as informações adequadas por meio de impressos apropriados que devam acompanhar o produto.

41. Dadas as assertivas abaixo,

- I. Luiz Fernando adquiriu na loja “Carros” um automóvel Gol (zero quilômetro) em 06/11/2008, que detinha um ano de garantia. Em 08/12/2009, enquanto fazia a revisão do veículo, identificaram um vício oculto nos freios do veículo. Como o veículo não se encontrava no prazo de garantia, não há responsabilidade do comerciante.
- II. No CDC, a teoria da onerosidade excessiva permite a revisão contratual, desde que, em virtude de acontecimentos extraordinários, supervenientes e imprevisíveis, haja o desequilíbrio entre as partes contratantes, gerando extrema vantagem para uma das partes e onerosidade excessiva para a outra.
- III. Quanto à desconsideração da personalidade jurídica, o CDC adota a teoria maior.
- IV. Ao passar por uma loja de painéis, Arthur é atingido por um caldeirão grande, o que lhe gera um corte na cabeça. Apesar de Arthur não ser cliente da loja, aplicar-se-á o CDC. Por isso mesmo, o prazo prescricional, nesse caso, é de 5 (cinco) anos.

verifica-se que estão corretas

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I e III.
- D) II e IV.
- E) III e IV.



42. Assinale a opção correta quanto às características das espécies tributárias.

- A) As contribuições não podem ter base de cálculo própria de impostos.
- B) A contribuição para o custeio da iluminação pública tem natureza extrafiscal.
- C) As taxas, cobradas tão somente pela União, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível.
- D) As taxas podem ter base de cálculo ou fato gerador idêntico aos que correspondam a imposto.
- E) A contribuição de melhoria pode ser instituída por qualquer dos entes da federação.

43. Assinale a opção incorreta no que concerne às limitações constitucionais ao Poder de Tributar impostos à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

- A) É vedado aos entes federados exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- B) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País.
- C) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- D) É vedado cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- E) A imunidade recíproca abrange as taxas.

44. Quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, assinale a opção errada.

- A) Não incidirá sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores.
- B) Incidirá sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica.
- C) Incidirá sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço.
- D) Incidirá sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- E) Incidirá sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.

45. Sobre o regime jurídico das estatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, assinale a opção incorreta.

- A) A pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos consiste em monopólio da União, mesmo diante da possibilidade de a União contratar com empresas privadas a realização desta atividade, observadas as condições estabelecidas em lei.
- B) Ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado somente será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante necessidade pública, conforme definidos em lei.
- C) A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade.
- D) A constituição de estatais é forma de intervenção direta do Estado na economia.
- E) As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado, desde que não desempenhem atividade diretamente relacionada à prestação de serviços públicos.

46. Quanto à disciplina constitucional dos precatórios, atualmente modificada pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de novembro de 2009, é incorreto afirmar:

- A) o regime de precatório não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor pelas Fazendas dos entes federados, que decorrem de sentença judicial transitada em julgado.
- B) no momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.
- C) para o fim de definição das obrigações de pequeno valor, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social.
- D) é vedada a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total ao regime de obrigações de pequeno valor.
- E) é obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do respectivo exercício, quando terão seus valores atualizados monetariamente.



47. Assinale a opção que lista, tão somente, formas de extinção do crédito tributário.

- A) A remissão, a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, e a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
- B) A moratória, a transação e a compensação.
- C) O depósito judicial do seu montante integral, o pagamento e a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
- D) A prescrição, a anistia e a decisão judicial passada em julgado.
- E) A isenção, a decadência e o pagamento antecipado.

48. Segundo a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, a empresa estatal dependente é conceituada como

- A) sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença indiretamente a ente federado e que receba recursos financeiros de ente da federação para pagamentos de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital em geral.
- B) sociedade cuja minoria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da federação.
- C) sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.
- D) empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- E) empresa que receba recursos financeiros de ente da federação para pagamentos de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital.

49. Segundo a Constituição do Estado de Alagoas, de 5 de outubro de 1989, não se encontra no rol de competências do Governador do Estado:

- A) prestar anualmente, à Assembleia Legislativa Estadual, dentro dos sessenta dias após a abertura do ano civil, as contas relativas ao exercício anterior.
- B) delegar poderes aos Secretários de Estado para dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei, observados os limites estabelecidos nos respectivos atos de delegação.
- C) decretar e executar a intervenção estadual.
- D) convocar o Conselho de Estado e o Conselho de Política de recursos humanos.
- E) remeter mensagem e plano de Governo à Assembleia Legislativa Estadual, por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Estado e solicitando as providências que reconhecer necessárias.

50. Com relação à disciplina das súmulas vinculantes, assinale a opção incorreta.

- A) A proposta de revisão de enunciado de súmula vinculante autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.
- B) A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
- C) Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.
- D) A súmula com efeito vinculante tem eficácia imediata, mas o Supremo Tribunal Federal, por decisão de 2/3 (dois terços) dos seus membros, poderá restringir os efeitos vinculantes ou decidir que somente tenha eficácia a partir de outro momento, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse público.
- E) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder a sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

51. No que concerne ao Mandado de Segurança Coletivo, assinale a opção incorreta.

- A) O mandado de segurança coletivo se presta à proteção de direitos coletivos e de direitos individuais homogêneos.
- B) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.
- C) No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.
- D) O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.
- E) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária.



52. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão somente se dará nos casos de

- A) cancelamento da naturalização por sentença judicial.
- B) condenação por ato de improbidade administrativa.
- C) condenação criminal.
- D) recusa de cumprir obrigação a todos imposta, ou de prestação alternativa, na forma da lei, quando aquela recusa se der por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.
- E) incapacidade civil relativa.

53. Compete privativamente à União legislar sobre

- A) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais.
- B) proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- C) produção e consumo.
- D) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- E) procedimentos em matéria processual.

54. Assinale a opção incorreta a respeito da execução no processo civil.

- A) O fiador que, na condição de executado, pagar a dívida objeto da execução, poderá executar o afiançado nos autos do mesmo processo.
- B) O espólio possui legitimidade passiva na execução até a data da realização da partilha.
- C) O contrato de locação imobiliária, desde que assinado pelo devedor e por duas testemunhas, constitui título executivo extrajudicial.
- D) A sentença arbitral é uma espécie de título executivo judicial.
- E) Compete aos tribunais a execução dos respectivos acórdãos nos processos de sua competência originária.

55. Assinale a opção incorreta a respeito do procedimento ordinário no processo civil.

- A) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor.
- B) Mesmo depois de publicada, pode o juiz corrigir as inexactidões materiais encontradas na sentença.
- C) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferido julgamento de total improcedência em outros casos idênticos, o juiz poderá apreciar a lide, dispensando a citação, reproduzindo-se o teor da sentença anteriormente prolatada.
- D) Verificando o juiz que a petição inicial se encontra desprovida de pedido, deve, de plano, indeferi-la.
- E) É inepta a petição inicial quando lhe faltar causa de pedir.

56. Dadas as proposições, sobre o processo de conhecimento,

- I. É vedada a citação por correio nas ações de estado.
- II. Feita a citação, não é lícito ao autor modificar o pedido sem o consentimento do réu.
- III. Pode o juiz apreciar de ofício a alegação de prescrição.
- IV. Extingue-se o processo sem resolução de mérito quando as partes transigirem.

verifica-se que

- A) somente II e IV são verdadeiras.
- B) todas são verdadeiras.
- C) somente I e III são verdadeiras.
- D) somente III e IV são verdadeiras.
- E) somente I, II e III são verdadeiras.

57. De acordo com a CLT, assinale a opção incorreta sobre a CTPS.

- A) As anotações na carteira de trabalho concernentes à remuneração devem especificar o salário, qualquer que seja sua forma de pagamento, seja ele em dinheiro ou em utilidades, bem como a estimativa da gorjeta.
- B) As anotações relativas a alterações no estado civil dos portadores de CTPS serão feitas mediante prova documental. As declarações referentes aos dependentes serão registradas nas fichas respectivas, pelo funcionário encarregado da identificação profissional, a pedido do próprio declarante, que as assinará.
- C) Comparecendo o empregador e recusando-se a fazer as anotações reclamadas, será lavrado um termo de comparecimento, que deverá conter, entre outras indicações, o lugar, o dia e a hora de sua lavratura, o nome e a residência do empregador, assegurando-se-lhe o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do termo, para apresentar defesa.
- D) Tratando-se de serviço de profissionais de qualquer atividade, exercido por empreitada individual ou coletiva, com ou sem fiscalização da outra parte contratante, a carteira será anotada pelo respectivo sindicato profissional ou pelo representante legal de sua cooperativa.
- E) As Carteiras de Trabalho e Previdência Social regularmente emitidas e anotadas servirão de prova nos atos em que sejam exigidas carteiras de identidade e especialmente nos casos de dissídio na Justiça do Trabalho entre a empresa e o empregado, somente por motivo de salário.

58. Sobre o tratamento das férias pela CLT, é incorreto afirmar:

- A) após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias proporcionais.
- B) é vedado descontar, do período de férias, as faltas do empregado ao serviço.
- C) o empregado tem direito a 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes.
- D) todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração, podendo descontar as faltas ocorridas ao longo do ano.
- E) o empregado tem direito a 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas.



59. Sobre a duração do trabalho, é correto assinalar:

- A) serão descontadas e computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.
- B) o salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial não será menor do que a dos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.
- C) o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.
- D) considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta e cinco horas semanais.
- E) a duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, mesmo quando seja fixado expressamente outro limite.

60. Assinale a opção incorreta quanto aos períodos de descanso.

- A) Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.
- B) Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.
- C) Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, com exceção quanto aos elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro interno à empresa.
- D) O trabalho em domingo, seja total ou parcial, na forma do art. 67, será sempre subordinado à permissão prévia da autoridade competente em matéria de trabalho.
- E) A permissão será concedida a título permanente nas atividades que, por sua natureza ou pela conveniência pública, devem ser exercidas aos domingos, cabendo ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, expedir instruções em que sejam especificadas tais atividades. Nos demais casos, ela será dada sob forma transitória, com discriminação do período autorizado, o qual, de cada vez, não excederá de 60 (sessenta) dias.